

Um encontro entre História Econômica e Demografia Histórica: *Iraci del Nero da Costa*

Entrevistadoras:

Maria Alice Rosa Ribeiro

Unesp Araraquara
Centro de Memória - Unicamp (CMU)

Maísa Faleiros da Cunha

Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”
(Nepo/Unicamp)

Iraci del Nero da Costa nasceu em São Paulo em 21 de junho de 1942. Filho de Moacyr Chagas da Costa e Edna del Nero da Costa. Uma de suas lembranças são as lições de matemática dadas por seu pai, engenheiro, e que julga terem influenciado seu gosto pelo estudo de questões econômicas e estatísticas. Iraci bacharelou-se em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) em 1972. Em 1973, ingressou como docente auxiliar na área de História Econômica na mesma faculdade, onde recebeu o título de mestre em Economia com a dissertação *Vila Rica: População (1719-1826)*, defendida em 1977. Seguiu o curso de doutorado em Economia ainda na FEA-USP, fa-

Principais livros publicados pelo entrevistado:

Vila Rica: população (1719-1826). São Paulo, Ensaios Econômicos 01, IPE/FIPE, USP, 1979).

Populações Mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas FIPE/USP, 1981.

Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil. São Paulo, MGSP Editores, 1992.

Brasil: História econômica e demográfica. São Paulo, IPE/USP, 1986 (org.).

Em co-autoria:

Minas Colonial: economia e sociedade. São Paulo, SP: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas: Liv. Pioneira Ed., 1982.

Escravidão em São Paulo e Minas Gerais. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

O Capital Escravista-Mercantil e a escravidão nas Américas. São Paulo: Educ: Fapesp, 2010.

zendo *jus* ao título em 1981, com a defesa da tese *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. Tornou-se professor livre-docente na FEA em 1990, com a tese *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. Está aposentado desde setembro de 1997.

Iraci se dedicou à carreira acadêmica e ao desenvolvimento de estudos de Demografia Histórica e História Econômica do Brasil. Sua atividade docente, tanto na graduação como na pós-graduação, sempre esteve vinculada às disciplinas de História Econômica Geral, Formação Econômica e Social do Brasil, Demografia Histórica e História Demográfica do Brasil. No plano teórico, preocupou-se com a compreensão da formação econômica do Brasil sob a ótica do pensamento marxista; na pesquisa documental, preocupou-se em compilar, difundir e interpretar dados

estatísticos de ordem diversificada, recenseamentos da população, listas nominativas, registros paroquiais (batismo, casamento e óbito). Interpretou o comportamento da população e da economia colonial mineira, paulista e brasileira nos séculos XVIII e XIX. Também discutiu as interpretações da economia colonial brasileira à luz da concepção marxista. Com Julio Manuel Pires, formulou uma interpretação da economia colonial do Novo Mundo com base no conceito capital escravista-mercantil.

Nesta entrevista por e-mail realizada com o Prof. Iraci, procuramos contemplar a formação universitária, seus trabalhos de pesquisa em História Econômica e Demografia Histórica, assim como a interpretação formulada pelo entrevistado, em coautoria com Julio Manuel Pires, sobre a economia colonial brasileira à luz das críticas à historiografia do passado colonial, capitalismo e escravidão.

O senhor nasceu na cidade de São Paulo, onde cursou as primeiras letras e o secundário?

Cursei no secundário o Científico no Colégio de Aplicação (extinto pela ditadura), que recebia professores da USP, e onde fui aluno da Profa. Emília Viotti da Costa, que muito nos influenciou. No intervalo entre as aulas, nós a cercávamos e fazíamos muitas perguntas sobre história moderna e, sobretudo, sobre os países socialistas colocados na órbita (maldosa, é verdade) da URSS. Certamente devemos muito a ela quanto à nossa formação em história e “em esquerda”.

Como o golpe militar de 1964 afetou sua formação educacional?

Quando aconteceu o golpe militar, devo alertar que ainda não estava na FEA. Na verdade, possuído pelo desejo revolucionário, abandonei os estudos colegiais, filiei-me ao Partido Comunista

Brasileiro, do qual cheguei à condição de dirigente. Depois do golpe, voltei aos estudos, pois já nos primeiros dias de abril de 1964 fui intimado pela Polícia Política e me vi em face das alternativas: seguir para a clandestinidade ou comportar-me “bem”. Escolhi a segunda possibilidade.

COSTA IRACI DEL NERO DA

SN 4900

filha de Moacyr Charas da Costa e D.Edna Del Nero da Costa, natural de São Paulo-Capital.

ASSUNTO:- Em 22-04-1974 o S.N.I. Agência de São Paulo, solicitou informação do epígrafado. Informação do S.I. deste Departamento consta:-

Em 18-04-1961, juntamente com outros estudantes que pichavam as vias públicas com manifestações contra a invasão de Cuba, foi detida, qualificada e indiciada em Inquerito policial pela D.B.O.P. Na ocasião, deu como seu endereço o da rua Marinsá-nº4
Em 16-05-1961 - Conforme relatório reservado, realizou-se na sede do Partido Socialista Brasileiro uma reunião da "Comissão Paulista de Solidariedade à Cuba" da qual participou, entre outros, Iraci Costa da USP.

verso:-

Informação extraída da Ordem Política:-

Em 18-04-1961:- Por informação extraída do Boletim de Ocorrência elaborado pelo Plantão do DOPS foi detido por estar fixando inscrições hostis - aos Estados Unidos, pro-Cuba, referentes aos acontecimentos que se vem desenrolando naquela ilha.

Em 18-03-1963:- Recebe livros subversivos da livraria da Banzeira - Rua Caiapanés, 4- Vila Pompeia. documento devolvido ao Cartório desta Especializada em 07-05-1974. DB.

Em 1991, o acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS/SP) foi recolhido ao Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Em 1994, o Arquivo Público concedeu acesso integral a documentos do acervo. Iraci pôde, então, conhecer o conteúdo do registro feito por agentes da Polícia Política da Ditadura Militar. A ficha, datada de 07/05/1974, transcreve informações da Ordem Política do período de 1961 e 1963, anterior à Ditadura. Chama atenção que, na ficha SN 4900, Iraci é nomeado, como sendo do sexo feminino “filha”, provavelmente erro de datilografia, pois, em seguida consta como o “epígrafado”. Entretanto, o agente da Polícia Política volta a nomear como “detida, qualificada e indiciada em Inquerito...”. Registra participação em pichações, reunião do Partido Socialista Brasileiro, prisão em 1961 e a vigilância da correspondência recebida em 1963. (Acervo pessoal de Iraci del Nero da Costa).

O senhor ingressou no curso de Ciências Econômicas na FEA em 1969, após o Ato Institucional n. 5, o AI-5, no momento em que Emilia Viotti da Costa, Paula Beiguelman, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e outros professores foram aposentados compulsoriamente. Como esses acontecimentos influenciaram o ambiente acadêmico?

Um episódio a registrar é que a professora Alice Canabrava interferiu junto aos representantes da Ditadura que atuavam na USP a fim de que eu recebesse meus honorários, pois eles não os autorizaram por sete meses; depois de me perguntar se eu realmente não estava vinculado ao Partido ou a algum movimento de esquerda, ela dirigiu-se aos interventores militares e garantiu que eu passasse a receber normalmente, inclusive com o pagamento dos atrasados.

Quais leituras e autores influenciaram sua formação na graduação?

Hegel e Marx são os principais. Devo muito aos clássicos de nossa história, com Camões à frente e os historiadores de Portugal (Vitorino de Magalhães Godinho, um guia inesquecível) e do Brasil (chefeados por Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. e Celso Furtado), aos quais se reportam meus conhecimentos. Enfim, aponto aqui tão somente os autores que mais me impul-

sionaram a debruçar-me sobre a História e a História Econômica. Eles me levaram a Heródoto e a Tucídides, mas também me conduziram às dezenas e dezenas de colegas que deixaram suas contribuições em centenas de revistas e de livros.

E em Demografia Histórica, quais autores influenciaram sua formação?

Na área da Demografia Histórica não posso esquecer os clássicos como Michel Fleury, Louis Henry, Alfred Sauvy e Pierre Goubert ao lado de quem se põem, em minha formação, as professoras Alice Piffer Canabrava e Maria Luiza Marcílio.

Em 1973, o senhor ingressou no curso de mestrado. Como definiu o tema da sua dissertação em Economia?

Eu desejava, no mestrado (final da década de 1960), dedicar-me à política agrária dos distintos períodos governamentais de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1950-1954). Não obstante, minha orientadora, Profa. Alice Piffer Canabrava, não aceitou nenhum de meus projetos, pois afirmava e reafirmava que eu deveria me dedicar à Demografia Histórica, então cercada pelo imenso prestígio que lhe emprestou a tese de doutorado da Profa. Maria Luiza Marcílio. Na época, os orientadores não sugeriam, ordenavam. Dizia minha orientadora, “escrever sobre Getúlio significa elaborar mais um livro sobre um político largamente estudado, dedicar-se à demografia histórica representa colocar seu nome no plano internacional”. Depois de resistir por sete meses – anote-se que na época só se passava a receber o salário de professor da USP depois de aceita a dissertação pelo (a) orientador (a) –, verguei-me à vontade majestática e absolutamente correta da Profa. Alice.

Como foi seu ingresso como professor da área de História Econômica na FEA-USP em 1973?

Na FEA, fui aluno da Profa. Alice na graduação. Certamente levada por minha aplicação, ela convidou-me para integrar o corpo de professores de História da FEA; também fui convidado para ministrar o curso de Matemática e Estatística, matérias nas quais também fui bom aluno em decorrência, basicamente, das aulas que recebia todo sábado, ministradas por meu pai, Moacyr Chagas da Costa, que era engenheiro e me transmitiu o amor pelos cálculos. Como a Profa. Alice já havia me convidado, comuniquei ao Prof. da outra área que já havia sido convidado pela Profa. Alice. Assim, dada sua força absoluta, no último dia das inscrições apresentei-me como candidato na área por ela comandada. Só o fiz para obedecê-la, pois achava que ser professor da USP era algo que estava muito acima de minhas parcas capacidades.

Uma vez definido o campo da Demografia Histórica, por que da escolha do tema sobre a economia colonial de Minas?

Meu primeiro objetivo foi Goiás Velho, onde residia Frei Simão Dorvi, que mantinha um arquivo com os assentos ou registros de paróquias de uma área que se estendia até os estados do Norte e do Nordeste. Infelizmente, o arquivo de Frei Simão não era utilizável para meus fins, pois a ordenação que fazia da documentação era por ordem alfabética, sem uma separação em termos paroquiais, enfim, centenas de paróquias juntadas num imenso arquivo único. Dirigi-me, então, a Ouro Preto. Minha primeira visita foi a uma paróquia que havia sofrido fazia pouco tempo um roubo espetacular, que muito perturbava seu pároco, o qual, simplesmente, negou-me acesso aos livros, afirmando que “paulistas só vêm aqui para roubar”. Desesperado, dirigi-me diretamente ao Arcebispo de Mariana, D. Oscar de Oliveira, doutor por Milão com a tese sobre os Dízimos Eclesiásticos no Brasil, historiador e homem excepcional. D. Oscar imediatamente entendeu meus propósitos, apresentou-me ao então padre responsável pela Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, D. Francisco Barroso. A ambos devo minha entrada na Demografia Histórica. Trabalhava no porão da Casa Paroquial e, quando necessário, levava os livros para Mariana, pois apenas na sede da Arquidiocese de Mariana havia uma máquina de xerox, então inexistente em Ouro Preto. Devo a eles e ao carinho recebido em Ouro Preto, Mariana e, posteriormente, de meus colegas de Belo Horizonte, meu apego a Minas Gerais e o respeito e a amizade que cultivo por muitos de seus filhos.

Como o senhor avalia seu estudo sobre Vila Rica, seu primeiro trabalho de cunho acadêmico, sua dissertação de mestrado orientada pela Profa. Alice Piffer Canabrava?

Nosso trabalho, publicado em 1979, foi fruto de uma intensa e profunda pesquisa realizada entre 1972 e 1977, que mostrou as linhas demográficas mais gerais, mais evidentes de uma sociedade de vivência tumultuada pelo afluxo e evulsão de levas humanas, impelidas pelo fascínio dos achados auríferos e presas da nostalgia quando do esgotamento dos depósitos mais facilmente exploráveis. Sociedades que, somente ao raiar do século XIX, estariam a encontrar outra dinâmica – a do curso mais calmo, que parece coadunar-se com a sedentariedade dos grupos humanos dedicados às fainas da atividade agrícola. Nos anos de 1970, o estado da arte da Demografia Histórica brasileira ainda era tateante; a este respeito, lembre-se ser nosso trabalho, ao que nos consta, o primeiro relativo à área mineira. Nossa ambição maior era interpretar o fenômeno demográfico da segunda década do século XVIII ao primeiro quartel da décima nona centúria, com respeito à área das Minas Gerais – o surto mineratório, seu auge e decadência –, captando as repercussões sociais e econômicas do reflorescimento agrícola na Colônia, cujas raízes assentaram-se no último quartel do século XVIII. Compreender, igualmente,

a concentração populacional ocorrida nos três primeiros quartos do século XVIII, período no qual se formou o estoque de população que, em segundo momento, também englobado pelo estudo vertente, dirigiu-se para outras áreas do território brasileiro. Definimos como objeto de análise o fluxo e refluxo populacional, vale dizer, a concentração de grande contingente humano – oriundo dos diversos quadrantes do Brasil, da metrópole e demais dependências coloniais – em pequeno espaço territorial e sua subsequente diáspora. Esses movimentos foram condicionados, de um lado, pela ascensão e recesso da atividade aurífera e, de outro, pelas atividades econômicas subseqüentes à decadência da mineração.



Iraci del Nero da Costa com sua orientadora Prof^a. Alice Piffer Canabrava, na defesa da dissertação de mestrado em 1977. Acervo Pessoal de Iraci del Nero da Costa.

Quais foram as fontes documentais para o desenvolvimento do estudo Vila Rica: População (1719-1826)?

Nossas fontes primárias constam essencialmente dos assentos de batismos, óbitos e casamentos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias, uma das duas existentes, no período colonial, em Vila Rica, hoje Ouro Preto. Os dados primários referentes ao assento paroquial receberam tratamento derivado da metodologia desenvolvida, na França, principalmente por Michel Fleury, Louis Henry e Pierre Goubert. Os procedimentos instituídos por esses autores foram adaptados às circunstâncias específicas em que se estruturou a população brasileira. Ressalta-se a existência, no Brasil, de segmentos populacionais distintos daqueles observados na Europa – a massa de escravos, os forros e os demais livres revelaram comportamentos particulares, formando corpos populacionais autônomos em relação a vários parâmetros demográficos e, ao mesmo tempo, apresentaram respostas diversas quanto às flutuações da atividade econômica, tanto no curto como no longo prazo. Também nos servimos dos dados empíricos revelados por Herculano Gomes Mathias relativos ao levantamento populacional efetuado em Minas Gerais no ano de 1804. Com base nesse levantamento, foi possível analisar a estrutura populacional de Vila Rica segundo sexo, idade, estado conjugal e posição social (livres, escravos, forros, agregados); e ainda explorar a estrutura ocupacional, por meio dos dados referentes às profissões e às atividades produtivas por setores econômicos (primário, secundário e terciário).

Como o senhor vê a importância da economia da mineração para a formação da sociedade brasileira?

Difícilmente poder-se-ia superestimar a importância do período mineratório na formação socioeconômica do Brasil. A atividade aurífera levou à ocupação do interior brasileiro; os limites teóricos fixados em Tordesilhas foram largamente ultrapassados. As áreas de ocorrência do ouro, afastadas do litoral e de baixa densidade populacional, passaram a exercer tamanha atração sobre o espírito dos reinóis e colonos que, em pouco mais de noventa anos, a população viu-se decuplicada, concentrando-se no centro-sul – área que apresentava, anteriormente, baixíssima densidade demográfica – cerca de cinquenta por cento do contingente humano da Colônia. A interligação das áreas já ocupadas pelo colonizador europeu aparecia como primeiro elemento de integração econômica e social, ao mesmo tempo esboçava-se o mercado consumidor interno e intensificava-se o processo de urbanização. Paralelamente, ocorriam mudanças significativas na administração colonial, maior vigor e fortalecimento do Estado faziam-se necessários para controlar a economia, a cada passo mais complexa, e enquadrar uma população a crescer aceleradamente. Durante $\frac{3}{4}$ de século, a mineração ocupou a maior parte das

atenções do Brasil e desenvolveu-se à custa da decadência das demais atividades. O fluxo de população para as minas é considerável desde o início do século XVIII; um rush de proporções gigantescas, que relativamente às condições da Colônia, foi mais acentuado e violento que o famoso rush californiano do século XIX.

A decadência foi também sentida como uma possibilidade de abrir novas explorações agrícolas para o abastecimento interno, principalmente, quando da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808?

Sim. Depois de três décadas de intensa produção aurífera, em meados do século XVIII, as minas começaram a exaurir-se. O produto das jazidas vê-se reduzido, a Coroa, por seu lado, nega-se a reformular a estrutura e carga de tributos. Nas minas, exploravam-se os depósitos superficiais rapidamente esgotáveis. As reservas de aluvião extinguem-se com brevidade; nos morros chegava-se à rocha dura. Para trabalhos subterrâneos, faltavam capitais e, sobretudo, técnicas. No último quartel do século XVIII a decadência generaliza-se. Os mineiros passaram a procurar as poucas áreas de terra fértil na região das minas, ou dirigiram-se para o leste – zona da mata, de terras mais ricas –, para as áreas de plantio do sul ou demandaram os campos criatórios situados a oeste. Superava-se uma fase da vida econômica colonial, as atenções voltavam-se, redobradamente, para a atividade agrícola.

Quais os marcos mais significativos explorados no seu estudo e que merecem ser ressaltados, tendo em conta o “estado da arte” da historiografia e do conhecimento sobre a sociedade mineira à época em que o senhor desenvolveu seu estudo nos anos de 1970?

Um primeiro marco é o caráter da ocupação e do povoamento de Vila Rica, que foram condicionados pela forma de recolhimento dos minerais e pelo meio físico envolvente. Não parece ter havido um plano empresarial definido e definitivo. O colonizador, simplesmente, curvou-se ao ambiente geográfico, adaptou-se mais ou menos passivamente, parecendo-nos antes dominado que dominador criativo; o próprio desalinho do traçado de Vila Rica parece comprovar essa nossa presunção. Nossa análise revelou uma sociedade altamente estratificada, embora com maior flexibilidade, vale dizer, maior mobilidade de transitar para um estrato social mais elevado do que em outras áreas econômicas da Colônia. Pudemos identificar, em termos de parâmetros demográficos, três segmentos populacionais básicos, aliás, comuns ao Brasil: livres, forros e cativos. Os livres, em geral, e os brancos, em particular, como esperado, compunham a camada privilegiada da população. A pobreza, presente em larga escala, abatia-se, principalmente, sobre forros, excluídos aqui, evidentemente, os escravos, para os quais o destino reservara as maiores dores – ceifados, na lida árdua em que se os empregava, segundo a taxa de mortalidade que, se válida para a espécie, a anulava da face do planeta. Na decadência da mineração, a

pobreza mostrava-se mais pungente no aumento do número de crianças expostas – rejeitadas –, as quais eram as mais sujeitas à morte prematura. Marcaram a sociedade o predomínio de filhos naturais, as mães solteiras e, ao mesmo tempo, as uniões matrimoniais sacramentadas pela Igreja, que propiciaram, ainda que perfunctoriamente, relativa mobilidade social: lembramos, a este respeito, os consórcios entre brancos e forras (pretas ou mulatas), e os casamentos de libertos com cativos.

Na segunda parte do seu trabalho o senhor explora os aspectos econômicos. O que marcou Vila Rica de acordo com os dados do recenseamento populacional de 1804?

No recenseamento de 1804, o caráter citadino de Vila Rica foi exposto prodigamente. A urbanização era um fenômeno novo na Colônia. A população concentrava-se nos povoados que se organizavam junto às catas e dependiam do abastecimento de produtos de subsistência vindos de outras áreas, assim constituía-se um rigoroso mercado urbano. Por outro lado, na Vila havia a presença altamente significativa das atividades vinculadas ao setor secundário (sapateiros, faiscadores, alfaiates, costureiras, carpinteiros, latoeiros, ferreiros, pedreiros, seleiros, serralheiros, relojoeiros etc.) e terciário (quitandeiras, barbeiros, cozinheiros, jornaleiros, lavadeiras, autoridades eclesiásticas, militares e administrativas, negociantes de secos e molhados, músicos, parteiras, profissionais liberais, transportes, caixeiras, criadas etc.). É na urbe onde se verifica o grande peso relativo e o amplo espectro coberto pelas ocupações artesanais. Revelou-se em Vila Rica um horizonte social, econômico e cultural mais ancho do que nas demais economias da Colônia. Em 1804, a massa de escravos em Vila Rica era de 31,39% da população – estes cativos suportavam o peso maior das atividades econômicas da urbe. O espaço urbano também era espaço da miséria, vale dizer: 77% das pessoas identificadas como mendigos, pobres ou a viver de esmolas compunham-se de mulheres. O contingente de despossuídos era formado por indivíduos com mais de 50 anos, mulheres em idade avançada, pretos e pardos e solteiros.

Qual a contribuição de seu trabalho no que diz respeito à origem dos escravos africanos e à distribuição da massa escrava no território brasileiro?

Meu estudo, ao tratar do controverso tema da origem dos escravos africanos, revelou que, na ascensão e no auge da mineração, predominavam os africanos do grupo étnico e/ou linguístico dos Sudaneses (Mina, Nagô, Fom, Xambá) sobre os dos Bantos (Angola, Banguela, Rebolo, Cassange, Cambunda, Congo etc.). No século estudado (1719-1818) registrou-se, nos assentos de óbitos, a predominância, por margem razoável, dos Sudaneses (55,31%) contra os Bantos (44,69%). Entretanto, quando veio a crise da mineração, a relação inverteu-se – os Bantos passaram a predominar. Os Sudaneses eram os preferidos pelos mineradores por seu conhecimen-

to de mineração e metalurgia, ao passo que os Bantos eram vendidos a preços mais baixos, por não terem conhecimentos específicos. No descenso minerador, o preço mais baixo dos Bantos e não mais a expertise dos Sudaneses pesou na decisão da compra de escravos africanos.

O que os dados de batismo de adultos revelaram sobre a origem dos escravos africanos?

O batismo de adultos escravos tem estreita relação com a atividade mineratória, vale dizer, o número de batismos cresce com a expansão da exploração: entre 1759 e 1763, 461 cativos receberam o sacramento do batismo, e na recessão entre 1809 e 1819, somente 38 escravos adultos foram batizados. Os dados evidenciam a preferência por trabalhadores homens na mineração – a razão de sexo era de 218 batismos de escravos adultos homens para 100 escravas adultas; além disso, os dados também mostravam que os Sudaneses eram o principal grupo étnico e/ou linguístico demandado pelos mineradores. Por fim, os movimentos sazonais de batismo parecem refletir a periodicidade com que aportavam, no Brasil, os negreiros oriundos da África. Em fevereiro, maio, junho e julho verificava-se um número relativamente elevado de batismos, enquanto em março observa-se a quantidade mínima. Cabe uma ressalva: o batismo de escravos adultos não representava a totalidade de cativos que entraram em Vila Rica, pois se batizavam apenas aqueles que não foram batizados antes de embarcar para o Brasil. A este respeito, é bom lembrar a ordem régia de 29 de novembro de 1719, do seguinte teor: “Havendo casos em que o cabido e o bispo de Angola possam não ter batizado os negros, antes de embarcarem, como lhes é muito recomendado e prescrito, mando que o arcebispo da Bahia e os bispos de Pernambuco e do Rio de Janeiro hajam de suprir esta diligência, fazendo batizar os que aportarem nos navios, e sem demora para não morrerem em falta deste sacramento; e que os párocos examinem, se os moradores de suas paróquias os têm por batizar, fazendo listas e remetendo-as aos ouvidores para castigarem os senhores na forma da Ordenação L. 5. Tit. 99” (COSTA, 1979, p.67). Logo, em Vila Rica, recebiam o sacramento religioso os escravos que não foram batizados na África ou em algum porto do tráfico negreiro no Brasil.

Seu trabalho abriu uma vereda de estudos sobre a sociedade e a economia mineiras que passaram a explorar novas fontes documentais até então pouco trabalhadas?

Sim, acreditamos que nosso trabalho evidenciou a urgência de estudos referentes à própria sociedade mineira e às demais economias vigentes no período colonial brasileiro. O confronto entre os resultados de nossa pesquisa e os estudos que se seguiram sobre a época do ouro e dos diamantes abriu a possibilidade de se conhecer melhor a economia e a sociedade mineiras. Por outro lado, o conhecimento das populações das várias economias do Brasil

...o conceito “estrutura populacional” foi definido em termos demográfico-econômicos, vale dizer, as variáveis com as quais trabalhei trazem explícita e simultaneamente duas dimensões inter-relacionadas e não dissociáveis: a demográfica e a econômica.

colônia forneceu embasamento empírico para se pensar na originalidade da formação populacional pátria.

Sobre seu trabalho de doutoramento, Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX, o senhor tomou a metodologia do estudo de Vila Rica e ampliou o universo de análise para nove localidades mineiras no início do oitocentos. Como você escolheu os núcleos populacionais para empreender a análise comparativa com Vila Rica?

No estudo “Populações mineiras...” a questão que me norteou foi verificar em que medida a estrutura populacional de Vila Rica revelou-se singular, condicionada pela especificidade político-econômica. Ou repetiu-se a estrutura populacional em outros núcleos das Gerais? Na escolha dos núcleos, orientou-me a homogeneidade das informações contidas nos censos efetuados ao fim do século XVIII e início do XIX; assim como a relevância dos distintos centros como núcleos formados com base na atividade mineradora e com um grau relativo de urbanização. Uma observação importante é que, no âmbito do estudo, o conceito “estrutura populacional” foi definido em termos demográfico-econômicos, vale dizer, as variáveis com as quais trabalhei trazem explícita e simultaneamente duas dimensões inter-relacionadas e não dissociáveis: a demográfica e a econômica. Os núcleos escolhidos vinculavam-se à jurisdição eclesiástica do bispado de Mariana e pertenciam a três diferentes comarcas: Comarca de Vila Rica: Vila Rica, Mariana, Passagem, São Caetano, Furquim, Gama, Capela do Barreto e Sertão do Abre Campo; Comarca do Rio das Velhas, Santa Luzia, e Comarca do Rio das Mortes, Nossa Senhora dos Remédios. Ao todo, foram 10 localidades mineiras ligadas à atividade mineradora que formaram a base do estudo da estrutura populacional.

Qual a conclusão básica do confronto das estruturas populacionais dessas localidades e a de Vila Rica?

A análise comparativa possibilitou assentar duas conclusões gerais básicas que substanciam a essência do meu estudo. A primeira foi a formulação de uma tipologia de quatro estruturas populacionais nomeadas e especificadas, a saber: Urbana, Rural-mineradora, Intermediária e Rural de autoconsumo. Embora tenha emprestado caráter provisório, elas exprimem as condições efetivamente reinantes em 1804 nas localidades consideradas neste trabalho. A outra inferência assevera a existência de uma estrutura populacional semelhante à de Vila Rica, tanto em Mariana, como em Passagem.

A principal fonte de informações foi o Recenseamento na Capitania de Minas Gerais 1804. O senhor organizou metodologicamente a análise dos dados quantitativos e qualitativos segundo

três tópicos: estrutura populacional, estrutura de família e domicílio e profissões e atividades produtivas. O que quis retratar em cada um desses tópicos?

No primeiro tópico, a estrutura populacional, eu reuni os dados quantitativos referentes à população nas três condições sociais básicas da sociedade colonial – livres, forros e escravos. Entre os livres fiz a distinção da categoria social agregados. Com base nos dados sobre sexo, razão de masculinidade, idades e estado conjugal, caracterizei a estrutura populacional naquele momento. Vila Rica, em 1804, tinha 68,61% da população de livres e forros, e 31,39% de escravos e quartados (cativos que estavam em via de receber liberdade). Entre os livres, predominavam as mulheres, resultando uma razão de masculinidade de 88, vale dizer, havia 88 homens para cada grupo de 100 mulheres; o inverso ocorria na população escrava: havia 138 escravos homens para cada grupo de 100 mulheres. Nos distritos mineradores e faiscaidores, a razão de masculinidade entre escravos era ainda mais expressiva – 217 escravos para 100 escravas.

Quanto à estrutura das famílias e dos domicílios, por que o senhor vinculou a família ao domicílio?

Para o Brasil colonial, o estudo da família (casal unido ou não perante a igreja, com filhos ou filhas, caso haja etc.) vincula-se, necessariamente, àquele relativo aos domicílios, porque, sistematicamente, encontrei várias famílias coabitantes a guardar vínculos de subordinação e dependência; vale dizer, podiam viver num mesmo domicílio famílias “independentes”, de agregados e de escravos. Indubitavelmente, tal fato influía na composição das famílias, no seu relacionamento com o corpo social e, ainda, na divisão do trabalho e da renda. Do ponto de vista econômico como do social, pareceu-me relevante distinguir três tipos básicos de famílias: independentes, o chefe do domicílio, sua prole e parentes; agregados e escravos. Constatei a predominância da família independente, vale dizer, a família nuclear, em torno do cabeça ou chefe, que tendia a estabelecer-se em domicílios próprios. Havia cerca de 7% de famílias de agregados vinculadas ao chefe do domicílio. No recenseamento de 1804, os dados referentes à família escrava eram precários para se extrair qualquer conclusão. Predominavam domicílios do tipo simples, com casais e filhos, homens ou mulheres solteiros com filhos, viúvos ou viúvas com ou sem filhos. Em 41% dos domicílios havia a presença de escravos, e em 30% de agregados. Cumpre lembrar que o agregado podia ser um parente do chefe do domicílio, por exemplo, um filho ou uma filha que se casasse e fosse morar em outro local e, caso voltasse a residir com o pai, podia ser anotado como agregado; assim, não se deve tomar o agregado como um mero dependente econômico do chefe do domicílio.

Qual a relevância da estrutura populacional, segundo as profissões e as atividades produtivas, para o seu estudo?

A análise das atividades produtivas e da estrutura profissional aparece como elemento do mais alto interesse para o entendimento das características econômicas de uma dada comunidade.

Ao lado da distribuição dos indivíduos em termos de sexo, cor, posicionamento social (livres, forros, agregados e escravos), a identificação das atividades produtivas revela-se como subsídio indispensável ao conhecimento dos processos de integração econômica e divisão do trabalho. Permite estabelecer o delineamento do quadro da vida material das sociedades estudadas.

Quais as variáveis que o senhor levou em consideração na formulação das quatro categorias ou tipos de estruturas populacionais?

As variáveis relacionadas à composição populacional dos vários núcleos foram decisivas na determinação das distintas estruturas populacionais, a saber: os percentuais de livres e escravos, o peso relativo dos agregados e escravos na população total, os números médios de escravos, agregados, pessoas livres e indivíduos em geral por domicílio, e as relações entre estes valores e o seu ordenamento e o grau relativo de urbanização das localidades estudadas. Assim, Vila Rica, Mariana e Passagem enquadravam-se na categoria ou tipo “Urbano”, por apresentarem maior percentual de livres e menores valores para o número médio de escravos, agregados e pessoas livres por domicílio. Além disso, observou-se, em termos da distribuição da população entre as ocupações, uma modesta participação das atividades agrícolas (5%), domínio do artesanato (64%) e dos serviços (31%). No extremo oposto, estava o tipo “Rural-mineradora”, cujas três localidades – Abre Campo, Gama e Capela do Barreto – distinguiam-se pela agricultura voltada para a comercialização e abastecimento de outros centros mineradores, enquanto a atividade secundária baseava-se na existência de lavras relativamente ricas. Esses três núcleos apresentavam predomínio quantitativo de escravos, menores taxas de pessoas livres, e maiores valores médios de escravos, agregados e livres por domicílio.

O senhor ilustra o penúltimo capítulo da análise comparativa entre Vila Rica e demais núcleos de antiga mineração com um trecho do poema de Carlos Drummond de Andrade “Morte das Casas de Ouro Preto” e com uma assertiva de Auguste Saint-Hilaire a respeito da história das povoações que tiveram origem na presença do ouro. Seu estudo acabou por trazer um pouco do desfazer daquela sociedade, os sinais de pobreza, da decadência e, ao mesmo tempo, a transformação?

Drummond é muito expressivo ao registrar de forma poética um tempo que se foi...

“Sobre o tempo, sobre a taipa,/ a chuva escorre. As paredes/ que viram morrer os homens,/ que viram fugir o ouro,/que viram finar-se o reino,/que viram, reviram, viram/já não vêem. Também morrem” (Carlos Drummond de Andrade).

“A história das povoações que tiveram origem na presença do ouro é sempre a mesma. Florescem enquanto as minas foram ricas ou fáceis de explorar; quando se esgotam, os habitantes retiram-se para outra parte” (Auguste Saint-Hilaire).

Saint-Hilaire, em 1816, em sua visita às Gerais, percebeu o abandono dos distritos auríferos. As primícias do século XIX correspondem a uma quadra da história das Gerais, na qual ocorreram profundas mudanças, tanto econômicas como demográficas, principalmente nos centros mineratórios. A decadência manifesta-se na emigração da população masculina jovem, em pleno vigor físico e solteira, para outras localidades em busca de novas oportunidades. Esse deslocamento fica evidenciado na razão de masculinidade da população livre. Em Vila Rica, em 1776, predominavam os homens livres, 172 para grupo de 100 mulheres; em 1804, a razão de masculinidade era de 88 homens para grupo de 100 mulheres. Cresce o número de filhos ilegítimos e de expostos, e de filhos de mães solteiras, porque os casamentos se tornam, para uma população empobrecida, custosos, assim como, sustentar um filho sem pai. A pobreza ou o número de pessoas que vivem de esmolas, da mendicância, cresce também. Uma miséria que tinha cara, sexo, idade – a maioria dos pobres eram mulheres, com idade superior a 50 anos e solteiras.



Iraci del Nero da Costa com sua orientadora Profª Alice Piffer Canabrava, professores e colegas da FEA-USP, por ocasião da defesa da Tese de Doutorado em 1981. Da esquerda para a direita: Flávio Azevedo Marques de Saes, Iraci del Nero da Costa, Antonio Emilio Muniz Barreto (argentino, já falecido), Francisco Vidal Luna, Ibrahin João Elias (com a mão apoiada no ombro da Profª. Alice), Nelson Hideiki Nozoe e Thomaz de Aquino Nogueira Neto. Acervo Pessoal de Iraci del Nero da Costa.

... Ao lado da distribuição dos indivíduos em termos de sexo, cor, posicionamento social (livres, forros, agregados e escravos), a identificação das atividades produtivas revela-se como subsídio indispensável ao conhecimento dos processos de integração econômica e divisão do trabalho.

Agora, vamos saltar para a tese de livre docência, que tem um título bastante sugestivo – “Arraia-miúda um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil” –, que aponta para o preconceito vigente em uma sociedade marcada pela concentração da propriedade dos meios de produção e pela profunda desigualdade social. Por que tratar da arraia-miúda, da plebe ou, na forma ainda mais pejorativa, da ralé?

As pesquisas que fizera antes sobre o período colonial em Vila Rica e demais núcleos minera-

dores me levaram à convicção de que a sociedade colonial brasileira não era polarizada entre senhores e escravos. Em 1804, em Vila Rica, 59,1% e, em Mariana 82,1% dos domicílios não tinham escravos. Logo, a entremear as camadas correspondentes aos senhores e seus cativos, encontrava-se expressiva massa de pessoas livres, aparentemente sem recursos suficientes para possuir escravos. É o estrato populacional formado pelos não proprietários de escravos que me interessava investigar. Assim, o propósito do estudo foi distinguir, no tempo e no espaço, as características da população livre não proprietária de escravo, procurando responder a três questões: Quantos eram? Quem eram? O que faziam?

Quais as fontes documentais empregadas para extrair os dados sobre a população e a propriedade patrimonial e quais as localidades investigadas?

Duas fontes de informações foram empregadas – as primárias, os levantamentos censitários do século XVIII e XIX; e as secundárias, obras que quantificaram ou que qualificaram no período que se estende da Colônia ao Império. A investigação abrangeu São Paulo (14 localidades), Paraná (Castro e Antonina), Santa Catarina (Lages), Minas Gerais (Vila Rica, Passagem, Mariana, Furquim, Gama, da Comarca de Vila Rica, e N. S. dos Remédios, da Comarca do Rio das Mortes), Bahia (Brejões e Ouriçanga, hoje Feira de Santana), e Piauí (distrito da freguesia da N. S. da Vitória da cidade de Oeiras). Para as 14 localidades de São Paulo, eu as distribuí por seis áreas econômicas, a saber: Vale do Paraíba, (Bananal, Lorena, Areias, Guaratinguetá, Taubaté), Açucareira, (Itu e Campinas), Pecuária (Sorocaba), Mineração (Apiaí), Litoral Centro Norte (Santos e São Sebastião), Litoral Sul (Cananéia, Iguape e Xiririca). As fontes empregadas foram os Maços de População para um ano dos fins do século XVIII, e outro ano da terceira década do século XIX. Para Minas, as listas nominativas para as seis localidades levantadas em 1804. Para o Piauí, a fonte é uma descrição dos domicílios pertencente à Matriz Nova de N. S. da Vitória, feita pelo padre Miguel Coutinho em 1697, e outra de 1762, denominada Rol de Desobriga ou Rol dos Confessados feita pelo padre Dionísio José de Aguiar. Essas eram listas semelhantes às listas nominativas de São Paulo, Paraná e Santa Catarina e de Minas.

O senhor abre uma franca discussão com a historiografia consagrada, que sustentava o papel insignificante ou irrelevante dos não proprietários de escravos para explicar a dinâmica social e econômica da sociedade escravista.

Sim, é verdade! Mas, eu não tinha a intenção de polemizar com os autores. Fiz o registro das opiniões e das posições de Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Maria Silvia Carvalho Franco e Jacob Gorender com respeito aos não proprietários de escravos ou aos despossuídos. Gilberto Freyre (1933) considerava que a monocultura e a grande propriedade escravocrata levaram à construção de uma sociedade de extremos – senhores e escravos – e à formação de uma camada rala e

insignificante de gente livre sem propriedade comprimida por aqueles polos. Caio Prado Júnior (1942) não se diferenciou: concebeu que a colonização escravocrata rígida gerou uma massa de pretos, mulatos forros ou fugidos da escravidão, índios mestiços de todos os matizes e categorias e, inclusive, brancos pobres que, não sendo escravos e não sendo senhores, foram repelidos e segregados pela civilização escravocrata e pelo preconceito de qualquer posição estável. Formavam um “detrito humano” que vegetava miseravelmente em algum canto apartado da civilização, “vivendo ao Deus dará”, ou vivendo de encosto em um senhor poderoso – os agregados. Maria Silvia Carvalho Franco (1969) também não destoou de Caio Prado Jr.. Para a autora, a grande propriedade criou os destituídos da propriedade dos meios de produção, um conjunto de homens livres e expropriados que não conheceram os rigores do trabalho compulsório e não se proletarizaram. A “ralé” cresceu e vagou ao longo dos quatro séculos, era dispensável, desvinculada dos processos sociais e essenciais da sociedade. Já Jacob Gorender (1978), diferentemente dos que o antecederam, reconhece a expressividade numérica dos não proprietários, a existência de pequenos proprietários de terras ou de indivíduos livres vinculados à produção agrícola, e os enquadra no “modo de produção específico “camponês”, apartado da dinâmica da economia colonial. Como já disse, as interpretações desses autores não eram o objeto do estudo que eu tinha em mente. Minha intenção era buscar os elementos empíricos que possibilitassem quantificar e qualificar, no tempo e no espaço geográfico e econômico, o conjunto populacional de não proprietários de escravos. Num certo sentido, a historiografia e, em especial, as interpretações dos autores citados, me aguçavam a curiosidade em avançar nas respostas àquelas questões.

Ao lado das interpretações dominantes que o senhor mencionou, havia outras que discordavam e que atribuíam importância aos despossuídos nos marcos da sociedade escravista?

Os estudos exemplares de Alice Piffer Canabrava (1972 e 1972b) sobre a capitania de São Paulo entre 1765-1767 e em 1818, baseados nos maços de população e no inventário de bens rústicos, apontavam para o impressionante número de pessoas que “nada possuem”. Ao desenvolver os pioneiros trabalhos em demografia histórica brasileira, Maria Luíza Marcílio (1972) deparou-se também com a categoria dos não proprietários de escravos. Ela discorda da “dicotomia social simplista” – grandes proprietários de escravos e terras versus pequenos roceiros sem terras – os primeiros voltados para o mercado externo e os últimos para a subsistência exclusiva da família. Já as pesquisas de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1963) e de Nice Lecocq Müller (1951) reconheciam a importância quantitativa e especificidade qualitativa dos não proprietários de escravos.

Que respostas o senhor encontrou para as suas perguntas? Quantos eram e quem eram os não proprietários de escravos?

Vamos por partes. Quanto ao número de não proprietários de escravos nos diversos espaços

geográficos e socioeconômicos investigados, e em dois momentos distintos (fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX), os dados levantados permitem afirmar que a presença de não proprietários de escravos na população total é majoritária, sendo que, nas áreas de criação como Sorocaba e Castro, a participação do contingente de não proprietários de cativos chegava a 80% do total da população. Na terceira década do oitocentos, com a expansão das áreas cafeeiras no Vale do Paraíba e açucareira em Campinas, há um decréscimo no número de não proprietários de escravos mas, mesmo assim, a presença é expressiva. Em termos quantitativos, a população livre não proprietária de escravos é importante; no entanto, esse quadro demográfico e econômico fora ignorado pela historiografia. Quanto à caracterização do ponto de vista demográfico, quem eram os não proprietários de escravos? Sob o ponto de vista estritamente demográfico, levando-se em conta variáveis como sexo, idade e estado conjugal, não há como distinguir os proprietários dos não proprietários de escravos. Uma distinção esboça-se quando se investiga a legitimidade das crianças de menos de 14 anos, e a cor da pele que, por sua vez, não pode ser dissociada das condições econômicas. Quero realçar que, do ponto de vista meramente demográfico, não há distinção entre proprietários e não proprietários. A diferenciação só vem à luz com a introdução de variáveis demo-econômicas. Pode-se afirmar, pois, que os agregados apareciam majoritariamente concentrados no grupo dos não proprietários de escravos. Assim como os forros, que compunham a parcela menos privilegiada da sociedade escravista. Para as localidades paulistas e catarinense, não foi encontrado nenhum forro que possuísse escravos. Grande parte dos forros aparecia como agregado, o que seria outro indício de suas poucas posses. Em Minas, há uma participação da ordem de 8% de forros como proprietários de escravos, mas foi a única localidade a registrar. Agregados, forros e pobres compõem a população livre não proprietária de escravos. Um último indicador socioeconômico para delinear o perfil do não proprietário de escravos é condição de moradia – moradia própria é um atributo do proprietário de escravos, enquanto que apenas 26% a 53% dos não proprietários de escravos habitavam moradia própria. Em síntese, encontrei no grupo dos não proprietários de escravos uma forte concentração de pessoas, as menos privilegiadas do ponto de vista da riqueza – pretos e pardos, agregados, forros e pobres. Como se pode observar, tratava-se de um grupo fundamental na formação da nossa população e do povo brasileiro. Entretanto, excluídos que estavam da propriedade de escravos, quase se viram excluídos de nossa própria História.

O que faziam os não proprietários de escravos?

As atividades vetadas aos não proprietários de escravos eram vinculadas à Igreja, à magistratura e aos empregos civis, ao corpo militar, às profissões liberais, rentistas e comércio, nas quais tinham assento somente os proprietários de cativos. Nas localidades mineiras, os faiscadores eram predominantemente não proprietários de cativos, aos quais restava o domínio em setores menos privilegiados no quadro de nossa sociedade escravista: artesanato, jornalheiros e

serviços em geral. Não ocorria uma especialização absoluta, seja no comércio seja no transporte, ainda que, por vezes minoritariamente, os não proprietários de escravos aparecessem em todos os setores econômicos então vigentes.

Qual a participação dos não proprietários de escravos no produto gerado? Esse contingente da população detém o monopólio de uma produção específica?

No Vale do Paraíba (Lorena, Areias, Bananal), em 1829, em plena expansão da cafeicultura, houve um aumento do peso relativo de proprietários de cativos no tocante à produção de quase todos os bens. Mas também houve a permanência de postos anteriormente ocupados pelo não proprietários, vale dizer que a expansão da produção voltada para o mercado exterior não deslocou totalmente a camada despossuída de recursos e nem negava as características básicas das atividades produtivas desenvolvidas. Embora tenha ocorrido um decréscimo na participação relativa de não proprietários no conjunto da população livre, eles continuavam a ser majoritários, como ocorrera entre 1797 e 1829. Constatou-se que o desenvolvimento da cafeicultura abriu oportunidades para os dois segmentos, proprietários de cativos e não proprietários de cativos, porém os maiores beneficiados foram, justamente, os proprietários de cativos. Outro elemento que deve ser realçado é que a produção da rubiácea não era exclusiva deste último estrato, pois os não proprietários, conquanto modestamente, também plantavam e colhiam para seu uso e comercialização. Deve-se sublinhar que a produção de bens destinados ao comércio de exportação ou à comercialização em mais larga escala, tais como açúcar, café, anil, aguardente, toucinho e a criação de animais (bestas, gado, vacas, carneiros), com exceção de cavalos e suínos, era realizada, sobretudo, pelos proprietários de cativos. Ao passo que algodão, pesca e produtos artesanais em geral distinguiam-se como mercadorias cuja produção colocava-se, precipuamente, sob a responsabilidade dos não proprietários. Além disso, cabe enfatizar que a produção de alguns bens era partilhada entre os dois segmentos sem que houvesse um predomínio, tais como fumo (tabaco) e os produtos alimentícios (arroz, feijão, farinha, milho e mandioca), não sendo descabida a afirmativa de que prevalecia uma distribuição menos concentrada entre detentores e não proprietários de cativos e de que, em alguns casos, estes últimos apresentavam participações na produção, e particularmente nas vendas, não muito distantes de seu peso relativo na população total. Concluo que os não proprietários de cativos eram partícipes ativos do mundo produtivo. Faziam-se presentes em todas as culturas, mesmo nas de exportação, vinculavam-se às lidas criatórias, ao fabrico e/ou beneficiamento de bens de origem agrícola, e apareciam com destaque nas atividades artesanais (fiação, tecelagem, alfaiates, sapateiros etc.). Ao fazer o estudo da “arraia-miúda”, senti uma imensa satisfação, pois percebi que se conseguiu resgatar do esquecimento os não proprietários de escravos.

Nos últimos anos, o senhor e o professor Julio Manuel Pires dedicaram-se à formulação de uma

interpretação teórica para a economia escravista do Brasil e das Américas, buscando uma resposta teórica à questão do estabelecimento e funcionamento do escravismo no Brasil e no Novo Mundo a partir do século XVI até 1820. Quais os pontos centrais desta interpretação?

Nós sentíamos um desconforto com respeito às interpretações sobre a economia escravista colonial, no âmbito do pensamento marxista. Isso nos levou a buscar novas explicações, até mesmo mais adequadas aos achados das pesquisas empíricas que havíamos realizado. A base da interpretação está na categoria analítica capital escravista-mercantil – uma forma de capital própria das regiões onde o escravismo moderno vicejava. Nós resgatamos uma quarta forma de existência do capital, proposta por Marx, que é aquela capaz de conduzir à produção da mais-valia, por meio da produção de mercadorias com base no escravismo moderno ou escravismo colonial. Essa forma particular de capital denominamos escravista-mercantil, que domina a produção colonial de mercadorias destinadas aos mercados da Europa, onde o modo de produção capitalista já se mostrava dominante. Acrescentam-se três pontos fundamentais: 1) a escravidão não é incompatível com o modo de produção capitalista, mas se torna incompatível, isso sim, com o desenvolvimento do capitalismo, portanto, sua existência tem limites, inexoravelmente desaparece; 2) estamos em face de um escravismo produtor de mercadorias (escravidão puramente industrial) e dependente dos mercados mundiais, os quais imprimem vida ao escravismo; 3) os escravistas são capitalistas, personificam o capital escravista-mercantil.

A escravidão não é incompatível com o modo de produção capitalista, mas se torna incompatível, isso sim, com o desenvolvimento do capitalismo, portanto, sua existência tem limites, inexoravelmente desaparece; O escravismo é produtor de mercadorias (escravidão puramente industrial) e dependente dos mercados mundiais, os quais imprimem vida ao escravismo; Os escravistas são capitalistas, personificam o capital escravista-mercantil.

Quando o senhor fala de desconforto com os intérpretes marxistas, está se referindo ao modelo interpretativo de Caio Prado Jr., “o sentido da colonização”?

Há no modelo de Caio Prado Jr. uma limitação que se deveu ao fato de ele haver transposto para o plano fenomênico (da aparência), sem as devidas mediações, elementos próprios do que considerou a essência de nossa formação e da sociedade aqui constituída, reduzindo, assim, o plano do concreto a elementos da essência. O que restou foi uma caricatura de vida econômica e social, desfigurada, rígida, descarnada, apartada da experiência do dia a dia. O incômodo por nós sentido deriva da confrontação dos achados das nossas pesquisas sobre o modo de vida da população e a leitura dos escritos de Caio Prado Jr. Há ainda outros autores, que não sei se podem ser considerados da corrente marxista, e que fazem justamente o contrário: tomam a apa-

rência como se fosse a essência. Resulta disso que a essência do escravismo moderno se esvai no ar; resta uma sociedade autônoma, capaz de reproduzir a si mesma, a partir de si mesma.

Como caracterizam o capital escravista-mercantil e qual sua ligação com o capital comercial?

A expansão do capitalismo comercial europeu no século XVI, em direção ao Novo Mundo, esteve associada à presença de um conjunto de condições específicas – existência de mercados consumidores de matérias-primas e produtos tropicais, além da disponibilidade de fontes supridoras de mão de obra escrava. Essas condições criaram o ambiente propício para o funcionamento do capital escravista-mercantil nas colônias. A ação dessa forma de capital condicionava a economia e as relações no processo de produção, projetando-se na vida social e política do Brasil. A peculiaridade do capital escravista-mercantil é que ele não se reproduzia no tempo, dependia do capital comercial para realizar a produção exportável e para obter mão de obra. Assim, o capital comercial era a interface entre as colônias e os mercados externos. Como é exposto pelo autor do “sentido da colonização”, o capital comercial é o organizador da grande empresa colonial, do povoamento e da valorização das terras no Novo Mundo. Porém, depois de realizada a tarefa inicial, coube ao capital escravista-mercantil desenvolver a organização interna da sociedade colonial. Disso resulta a discrepância entre a sociedade que vem à tona nas pesquisas e aquela gestada pelo capital comercial, fundada na monocultura, na escravidão e no latifúndio, uma sociedade dividida entre senhores e escravos. Nossos achados nos levam a uma sociedade complexa, diversificada e multifacetada.

Em Repensando o modelo interpretativo de Caio Prado Júnior (COSTA, 2010, p. 77-111), o senhor reconhece o modelo explicativo-interpretativo de Caio Prado Júnior como “indiscutível contributo à compreensão de nossa formação histórica”. Quais os novos raciocínios e os achados mais recentes decorrentes do avanço de nossos conhecimentos históricos que considera necessários serem incorporados ao modelo?

Um corolário imediato do “sentido da colonização” está no fato de que tanto colonizadores como seus descendentes deveriam estar empolgados pela ideia da acumulação. O que os novos achados evidenciaram é que tal pressuposto não se cumpriu inteiramente. Uma parcela expressiva da população parece ter ficado infensa à perspectiva da acumulação; porque os processos de acumulação no Brasil marcaram-se pela alta concentração da riqueza e pela consequente exclusão de largos efetivos populacionais. Ora, tais pessoas encontram espaço muito restrito nos esquemas propostos por Caio Prado Júnior e, via de regra, são relegadas pelo autor a uma condição de marginalidade absoluta. Assim, uma parcela muito numerosa de nossa população é deixada de lado e, com ela, seu contributo para a formação demográfica do Brasil, sua vida econômica e a parte do produto global a ela devida, sobretudo a produção de gêneros básicos votados ao autoconsumo.

Qual o problema que o senhor encontrou no conceito agricultura de subsistência de Prado Júnior?

Sob este conceito o autor emparelhou realidades econômicas muito distintas, o que acarreta, a nosso juízo, incontornáveis dificuldades analíticas. Assim, a par da produção em larga escala de gêneros alimentícios efetuada por escravistas de porte e vendida no mercado interno, faz parte da agricultura de subsistência a acanhada produção executada por não proprietários e destinada ao seu próprio consumo. Mas não somente. Há mais duas realidades distintas que fazem parte do setor agrícola produtor de alimentos: a produção realizada e consumida por cativos nas grandes propriedades escravistas, votadas ao plantio ou preparo de bens de exportação, e a venda ocasional de excedentes agrícolas por parte de pequenos produtores isolados e sem escravo algum. Há no mínimo quatro organizações sociais e econômicas distintas na produção de alimentos que estão englobadas sob o mesmo conceito. Enfim, muitos aspectos da vida econômica de então restam obscurecidos no modelo de Prado Jr. por se verem colocados indistintamente sob um mesmo rótulo; perde-se, pois, a especificidade de cada um, sem alcançar-se uma síntese esclarecedora.

O modelo de Caio Prado Júnior baseia-se em uma bipolarização grande lavoura-exportadora e agricultura de subsistência para o mercado interno. O que isso traz para a compreensão da formação histórica da sociedade brasileira no seu modo de ver?

O risco maior envolvido em tal bipolaridade está, cremos, de um lado, em extremar-se o isolamento do processo de acumulação vinculado ao mercado interno e, por outro, em emprestar-se um peso mais do que o devido ao processo de acumulação concernente à produção dirigida ao mercado internacional. Assim, o processo vinculado ao mercado externo, mais dinâmico e determinante, passaria a ocupar quase todo o espaço reservado à acumulação, enquanto a produção para o mercado interno, além de subsidiária e dependente, viria a confundir-se com a mera economia de autoconsumo.

Em Os viajantes estrangeiros e a família escrava no Brasil (1988), o senhor mostra que, os viajantes que visitaram o Brasil no século XIX se depararam com a família escrava constituída. O senhor poderia nos comentar a presença da família escravo nos relatos dos viajantes do século XIX?

A historiografia brasileira tem considerado que os viajantes não registraram a presença da família escrava. De fato, isso ocorre nos relatos de alguns viajantes como Ribeyrolles (1941, p. 67 e p. 33), que afirmou “não existem famílias: há ninhadas”; assim como nos relatos de Dabadie (1858), Yvan (1853) e Saint-Hilaire (1941). Esses quatro viajantes não descreveram, mas também não negaram a presença das famílias escravas. Entretanto, há viajantes que deixaram impressões muito ilustrativas a respeito da vida conjugal dos cativos, e outros que deixaram apenas uma referência à família escrava. Graham (1956, p. 221-222), ao descrever sua visita a uma fazenda fluminense,

menciona a existência de “cabanas de escravos casados”. Koster (1942, p. 527) percebe que “Os negros mostram muita dedicação à sua mulher, filhos, outros parentes que tenham a fortuna de possuir, e seus malungos, camaradas da travessia d’África”. Tschudi (1953, p. 52-54), da mesma forma que Graham, registrou a presença de negros casados que viviam em “recintos menores devidamente separados”. Mesmo para o século XVII, Antonil (1709) descreve famílias escravas nos engenhos baianos. Já Burmeister (1952), ao descrever o edifício da senzala, menciona a existência de cubículos para escravos casados separados dos de solteiros. Por esses relatos, podemos concluir que as famílias escravas não só existiam como, também, se lhes destinava alojamentos próprios, cabendo-lhes, inclusive, administrar os mantimentos aos filhos. Corroborar a ideia da presença da família escrava outro cronista, não viajante, mineiro da Campanha, Perdigão Malheiro (1976, p. 60), que afirmava que, entre os lavradores, não era “raro verem-se famílias de escravos, marido, mulher, filhos”. Também Biard (1945, p. 52-53), ao comentar sobre a venda de escravos, faz referência à família escrava e às “inevitáveis separações” por ocasião dos contratos de venda e compra; um comprador “adquire a mãe não se interessa pela filha”; ou compra um cônjuge, sendo “os esposos separados”. Decorre daí a instabilidade de uniões consensuais, das consentidas pelo proprietário e, até mesmo, das abençoadas pela igreja.

Então os relatos dos viajantes ajudaram a avançar os estudos da família escrava?

Desde 1970, inúmeras pesquisas, teses e artigos em Demografia Histórica, realizados com base em fontes documentais eclesiásticas (registros paroquiais) e censitárias (listas nominativas e recenseamentos), têm corroborado os testemunhos de viajantes. O avanço dos estudos sobre a vida familiar dos escravos está se consolidando. Por exemplo, os estudos recentes constataram: a maior incidência de matrimônios nos grandes plantéis; a distinção do comportamento sexual entre o meio rural e o urbano – neste último predominariam os pequenos escravistas, o que tornaria mais difícil os casamentos dentro do mesmo plantel; a menor incidência de matrimônio entre cativos pertencentes a diferentes senhores; a estabilidade no tempo da família escrava; a formação da família escrava como uma instituição capaz de amenizar as condições do cativo e de propiciar maior controle social sobre a escravaria. Koster (1942) observou que os escravos eram regularmente casados seguindo os ritos da Igreja Católica, com proclamas, mas sempre com a autorização dos senhores. O autor também afirma ter visto “vários casais felizes (tão felizes quanto o podem ser os escravos) com grande número de filhos crescendo ao redor deles” (KOSTER, 1942, p. 501). Outros viajantes como Rugendas (1972), Castelnau (1949) e Spix e Martius (1938) perceberam a existência da vida familiar entre os cativos e que isso poderia representar um lenitivo nos quadros da escravidão.

Uma pequena provocação: hoje em dia há uma crescente crítica ao emprego da expressão “plantel de escravos”, vista como “politicamente incorreta”. Como o senhor justifica o seu uso?

O termo *plantel* refere-se ao conjunto de escravos pertencente a um proprietário tomado individualmente ou a um grupo de proprietários. Assim, pode-se dizer: “O *plantel* pertencente a Joaquim da Silva...”; “O *plantel* de Joana e Maria...”. Nesta mesma acepção, deve-se entender a expressão: “O *plantel* de cativos [ou de escravos] pertencente a João da Cunha compunha-se de três homens e duas mulheres...”. Note-se que o termo já se acha consagrado na literatura historiográfica brasileira, parecendo-nos impertinente, portanto, a crítica dos que entendem ser ele apenas aplicável a animais; quanto ao seu emprego referentemente a pessoas, lê-se no Novo Dicionário Aurélio: “Grupo de atletas, ou coristas, ou técnicos etc., que são os mais capazes em sua profissão”.

Para concluir, gostaríamos que o senhor refletisse sobre o estado atual da arte desta importante área interdisciplinar, História Econômica & Demografia Histórica, e seu futuro.

O número crescente de trabalhos realizados na área da demografia histórica, número este que hoje chega a milhares de estudos, contribuiu para o alargamento de nossa visão histórica e para um conhecimento mais apropriado de nossa formação histórica. Na verdade, o fato de não podermos, como alguns países europeus, reconstruir as famílias, levou-nos a voltar nossa atenção para a relação entre a demografia e a história econômica; fato este muito alvissareiro, pois à medida que compúnhamos a demografia histórica adentrávamos o terreno da história econômica. Assim, ambos os campos viram-se fortalecidos e enriquecidos. A perspectiva maior é a de abarcarmos todo o território nacional, pois embora caminhem com rapidez, nossos conhecimentos sobre o norte, nordeste e centro-oeste ainda não se equiparam ao que se conseguiu no sul e no sudeste. Mas, como avançado, os trabalhos multiplicam-se em larga escala e muito em breve teremos uma visão global da história demográfica brasileira. Tal fato, aliado aos avanços da história econômica nos proporcionará, certamente, uma visão mais rica de nossa formação, possibilitando-nos o conhecimento mais preciso de toda uma população a qual, como já sabemos, teve uma composição histórica das mais ricas e multifacetadas.

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. Morte das casas de Ouro Preto. In: _____. *Reunião: 10 livros de poesia*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

BIARD, François Auguste. *Dois anos no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1945. (Brasiliana, v. 244).

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Martins, 1952. (Biblioteca Histórica Brasileira, XIX).

CANABRAVA, Alice Piffer. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/67. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 95-124, out. 1972. ISSN 1806-9134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/104>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

CANABRAVA, Alice Piffer. Repartição da terra na Capitania de São Paulo, 1818. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 77-129, 1972b.

CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Nacional, 1949. (Brasiliãna, v. 266, tomo 1).

COSTA, Iraci del Nero da. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo, MGSP Editores, 1992.

COSTA, Iraci del Nero da. *O Capital Escravista-Mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2010.

COSTA, Iraci del Nero da. *Populações Mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas FIPE/USP, 1981.

COSTA, Iraci del Nero da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo, IPE-USP, 1979.

COSTA, Iraci del Nero da. Os viajantes estrangeiros e a família escrava no Brasil. *D. O. Leitura*. São Paulo, IMESP, v. 7, n. 77, p 9-10, 1988.

DABADIE, E. *A travers d'Amérique du Sud*. Paris: Ferdinand Sartorius, 1858.

FLEURY, Michel; HENRY, Louis. *Nouveau Manuel de Dépeillement et d'exploitation de l'etat civil ancien*. 2. ed. Paris: INED, 1976.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: IEB-USP, 1969.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 10. ed. São Paulo: Nacional, 1970.

GODINHO, Vitorino de Magalhães. Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670 —1770). *Revista de História*, São Paulo, v. 7, n. 15, p. 69-88, jul./set. 1953. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35730>>. Acesso em: 08 fev. 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v7i15p69-88>.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

GOUBERT, Pierre. Histoire sociale et démographie . In: *L'Histoire sociale: source et méthodes.Coloque de L'École Normale Supérieure de Saint Cloud*, 15 – 16 Mai, 1965. Paris: PUF, 1967. p. 223-237.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. São Paulo: Nacional, 1956. (Brasiliãna, Série Grande Formato, v. 8).

HENRY, Louis. *Manuel de démographie historique*. Genebra: Droz, 1967.

HENRY, Louis. O levantamento dos registros paroquiais e a técnica de reconstituição de famílias. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *Demografia histórica, orientações técnicas e metodológicas*. São Paulo: Pioneiro, 1977. p. 41-63.

HERÓDOTO. *História*. 2. ed. Trad. Mario da Gama Kury. Brasília: UnB, 1988.

HOLANDA. Sérgio Buarque de. A mineração: antecedentes luso-brasileiros e metais e pedras preciosas. In: _____. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo; Difel, 1973. (Tomo 1, v. 2).

HOLANDA. Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

HOLANDA. Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1942. (Brasiliana, v. 221).

LASLETT, P. La famille et le ménage: approches historiques. Trad. Antoinette Chamoux. *Annales*, v. 27, n. 4-5, p. 847-872, jul./out. 1972. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1972_num_27_4_422570>. Acesso em: 8 fev. 2018.

MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976. (Dimensões do Brasil, v. 3).

MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos*. São Paulo: Pioneira; Edusp, 1973.

_____. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*. Tese (Livre-docência em XXXX) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 1974.

_____. *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARX, Carlos. *El capital: crítica de la economía política*. México: Fondo de Cultura Económica, 1965. (v. 2, v. 3).

MARX, Carlos. *Grundrisse*. México: Siglo Veintiuno, 1980.

MATHIAS, Herculano Gomes. *Um recenseamento na Capitania de Minas Gerais (Vila Rica – 1804)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1911.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Colônia. (1942). 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

RIBEYROLLES, Charles. *Brasil pitoresco: história, descrições, viagens, colonização, instituições*. São Pau-

Io: Martins, 1941. v. 2. (Biblioteca Histórica Brasileira, VI).

RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins; Edusp, 1972.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens às nascentes do Rio S. Francisco e pela província de Goyaz*. São Paulo: Nacional, 1937. (Brasiliana, v. 68, tomo I).

_____. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1975.

_____. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1941, (Brasiliana, v. 210).

SAUVY, Alfred. *Eléments de démographie*. Paris: PUF, 1976. (Collection Thémis, Sciences Sociales).

_____. *Théorie générale de la population*. Paris: PUF, 1954. 2. v.

SPIX, J.B. von; MARTIUS, C.F.P. von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

_____. *Através da Bahia*: excertos da obra *Reise in Brasilien* trasladados a português pelos Drs. Pirajá da Silva e Paulo Wolf. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1938. (Brasiliana, v. 118).

TSCHUDI, J. J. von. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Martins, 1953. (Biblioteca Histórica Paulista, V).

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso/Tucídides*. 4. ed. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: UnB/IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001. 584 p. (Clássicos IPRI, 2, XLVII).

YVAN, Melchior. *Voyages et Récits*. Bruxelas: Meline, Cans et Cie., 1853.